

PLANO DE ATIVIDADES – 2013

1. BASES

As perspetivas económico-financeiras nacionais para 2013 são bastante negativas, com agravamento relativamente a 2012, um orçamento geral do Estado para 2013 recessivo, com dívida externa a agravar-se, influenciada fundamentalmente pelos fortes encargos financeiros; no que diz respeito ao desemprego irá continuar a aumentar ainda durante o próximo ano. É neste **ambiente conjuntural e estrutural** que estamos a elaborar o Plano de Atividades e a apresentar o Orçamento Ordinário para 2013.

E é assim que, quer ao nível das receitas, quer pelo lado das despesas, cujos **graus de liberdade** disponíveis para atuação desta Direção continuam limitadíssimos, que temos de prever e planear as nossas atividades.

Se já desde 2008 os anos foram difíceis, em 2013 seremos forçados a continuar a exercer uma rigorosa **Gestão dos recursos financeiros que pensamos que estarão disponíveis**, de modo a não se incorrer numa situação de incapacidade, ao nível da tesouraria, para fazer face a despesas obrigatórias: ordenados, combustíveis, compromissos fiscais, reparações imperiosas, ou imprevistas (acidentes ou avarias de viaturas) ou inadiáveis (manutenção). Acresce, que temos de salvaguardar possíveis atrasos no recebimento de subsídios e na cobrança dos serviços prestados. A redução das receitas dos serviços de transportes de doentes não urgentes, que já se começou a sentir em 2011 por força da alteração da legislação aplicável a este tipo de transportes, vai certamente continuar a agravar-se em 2013, conforme já verificado durante 2012. É forçoso manter um saldo acumulado de exploração não negativo e uma gestão adequada do saldo entre créditos e débitos.

É em períodos de forte crise económico-financeira, sem crescimentos da riqueza nacional e até com previsões recessivas, com o desemprego a aumentar e as dificuldades económicas das pessoas a agravarem-se, que as instituições de voluntários, e sem fins lucrativos, são mais vezes solicitadas sem qualquer contrapartida financeira pelos serviços prestados. Então as **ajudas do Estado**, central e local, deveriam ser reforçadas. Tal não está a suceder por força de algumas opções tomadas por certas entidades em termos de alocação dos recursos financeiros disponíveis, que embora sabendo

nós que são escassos, não serão talvez as mais adequadas, tendo em conta os serviços prestados pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários.

2. RESULTADOS

No ano de 2011, as **contas** já foram executadas, e entregues aos serviços de Finanças, de acordo com o **Sistema de Normalização Contabilística (SNC)**. O Regime de Normalização Contabilística (RNC) para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), setor a que pertencemos, apenas obriga a aplicar o SNC a partir de 1 de janeiro de 2013.

Porém, iremos continuar a apresentar os orçamentos e as contas anuais em regime de “**Caixa**”, conforme sempre fizemos, por serem mais transparentes relativamente à situação financeira, em termos de tesouraria. Contudo, simultaneamente, serão apresentadas também as contas anuais de acordo com o SNC, além destas serem entregues aos Serviços de Finanças de acordo com a legislação aplicável. Os serviços de contabilidade, executados de acordo com o RNC, estão sob a responsabilidade do Dr. Sérgio Agostinho de Sousa Gonçalves, Gerente da firma FISCOMELRES, Contabilidade e Fiscalidade, Lda.

Os **custos** unitários vão continuar a agravar-se, e só muito dificilmente as receitas acompanharão aquela tendência. Tal situação verificar-se-á, por exemplo, no que se refere aos combustíveis, numa forma por nós incontrolável e imprevisível. Fazer face a obras de conservação do Quartel, improporcionais, continuará a ser imperativo em termos de custos sem retorno e sem qualquer participação.

O único modo de se obter um saldo orçamental nulo, de forma a não se reduzir o saldo acumulado transitado dos anos anteriores, é reduzir algumas das **despesas**, mas sobre as quais temos poucos graus de liberdade. Por outro lado, também quanto às receitas não é mais fácil influenciá-las positivamente.

Além da **redução da autonomia**, e da independência das direções das associações relativamente à sua gestão, consequências da diversa legislação que foi aprovada nos últimos anos, é evidente a secundarização, a que se tem assistido, dos valores económico e social deste tipo de voluntariado. Porém, as afirmações públicas aparentam muitas vezes o contrário.

Como temos afirmado em anos anteriores, o Estado pretende o aumento da profissionalização dos recursos humanos, com o que até estamos de acordo, e que cada vez se torna mais necessária. Mas esquece, muitas vezes, que os meios sociais e económicos das zonas envolventes da maioria destas associações humanitárias lutam com dificuldades financeiras crescentes que impossibilitam, em absoluto, a **angariação local** dos imprescindíveis complementos de ajudas monetárias.

Devido a aumentos incorridos em alguns custos, superiores aos orçamentados, e a diversas receitas não concretizadas, fundamentalmente em consequência do atraso nos pagamentos dos serviços prestados, e em resultado destas variações, das receitas e das despesas, tornou-se necessário apresentar um **Orçamento Retificativo** para discussão e votação na Assembleia Geral que irá apreciar este Plano de Atividades, com receitas e despesas, iguais e reduzidas para 316.671,62 €.

O **saldo nulo previsto** neste orçamento retificativo, para o **exercício de 2012**, fica a dever-se a uma utilização prevista de 2.529,09 € dos saldos transitados, em vez de 754,88 euros que estava previsto ser utilizado no orçamento ordinário. Assim, previsivelmente, haverá uma diminuição de igual valor do saldo acumulado existente em 31 de dezembro de 2011, reduzindo para 64.818,93 € em **31 de dezembro de 2012**.

O **saldo positivo acumulado**, que se vier a verificar em 31 de dezembro de 2012, destina-se a cobrir quaisquer necessidades financeiras **imprevistas** (inadiáveis) e eventualmente a **viabilizar a aquisição de alguma viatura** que se venha a tornar absolutamente necessária, ou que venha a ser possível adquirir com financiamento do QREN.

3. ORÇAMENTO para 2013

Apesar de não estar orçamentada a aquisição de nenhuma viatura, mantém-se a possibilidade da compra duma **viatura de combate aos fogos**, de custo aproximado igual a 140.000 euros, cofinanciada pela ANPC e pelo QREN. Em princípio, se for possível a nossa candidatura, teremos de participar apenas em 10%.

A não aprovação da implementação da equipa de intervenção permanente (**EIP**) também está espelhada pela Direção na sua exclusão do orçamento apresentado para 2013, o que já se tinha verificado relativamente a 2012.

Com base nestes pressupostos, a Direção vê-se forçada a **propor um orçamento para 2013** que espelha com todo o detalhe a continuação das restrições em termos de despesas, pelas razões já expressas neste Plano de Atividades.

O valor **total das despesas, e das receitas**, em 2013 é igual a 324.740,71 €, mas com utilização de 1.278,28 euros do valor do saldo acumulado que vier a verificar-se em 31 de dezembro de 2012.

Este estilo de gestão baseia-se na **Missão** da nossa Associação, da qual nunca nos deveremos afastar:

Manter um Corpo de Bombeiros Mistos (Voluntários e Profissionais), sem fins lucrativos, que possa atuar eficazmente no auxílio a vítimas de acidentes, de qualquer natureza, ou a doentes que necessitem de transporte em ambulância ou outra viatura especial, no combate a fogos e no salvamento a náufragos, independentemente dos credos religiosos ou políticos de quem necessite da nossa atuação.

4. CORPO ATIVO

Como Vice-Presidente da Direção, e por delegação de poderes do Presidente deste órgão, desde julho de 2011 que o Comandante Manuel Joaquim Teixeira Viana faz a coordenação, o acompanhamento e a orientação do Comando do Corpo Ativo. Este cargo vem sendo exercido interinamente pelo 2º Comandante Joel Filipe Moreira Castro desde 29 de janeiro de 2012.

Vai continuar-se com a política de aquisição de **Material** e de **Fardamento**, mas apenas os que **forem absolutamente** necessários para uma razoável capacidade de atuação eficaz do Corpo Ativo.

Os planos anuais de **Formação do Corpo Ativo**, que o seu Comando tem vindo a concretizar, vão continuar a ser devidamente apoiados pela Direção durante 2013.

O Corpo Ativo receberá o apoio necessário para continuar as ações de **Sensibilização nas Escolas e das Populações** da nossa área de atuação, conforme já vem sendo hábito, e sempre com os menores custos possíveis, tendo em atenção as restrições orçamentais.

Conforme já referido no ponto 3., no Orçamento para 2013 continuam a não estar considerados os custos duma **Equipa de Intervenção Permanente – EIP** – atendendo à situação financeira deficitária do país que nos leva a crer que se manterá a sua não concretização pelas entidades responsáveis pelo seu financiamento. Ao abrigo da Portaria nº 1358 / 2007 de 15 de outubro, as despesas seriam suportadas em partes iguais pela ANPC e pela Câmara Municipal de Gondomar, sendo porém a nossa Associação a entidade patronal detentora da EIP. O custo total envolvido, previsto para um período de 12 meses, seria superior a 60.000,00 €.

5. INFRAESTRUTURAS

Vai ser dada execução ao **Plano de Obras**, com as restrições nele previstas, para o qual ainda não se obteve nenhuma comparticipação financeira do Estado. Trata-se somente de trabalhos ligeiros absolutamente necessários e inadiáveis.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Continuar-se-á a fazer um grande esforço no sentido duma racionalização e otimização dos **Serviços de Saúde** prestados, de modo a reduzir os prejuízos resultantes de alguns dos serviços (não urgentes) efetuados, tendo em atenção os valores cobrados, e as condições muitas vezes desfavoráveis aplicadas pela prestação destes mesmos serviços pelos diversos organismos públicos que os solicitam.

Para uma melhor operacionalização dos transportes para tratamentos, não urgentes, continua **autonomizado** este serviço, sendo-lhe aplicado um regulamento interno específico.

No que se refere aos serviços, de qualquer natureza, prestados a **Particulares** e a Entidades **Públicas** ou **Privadas Institucionais**, continuaremos a **controlar** atempadamente, e com todo o rigor, as faturações e as respetivas cobranças.

Será de toda a conveniência que a L. B. P. e a F. B. D. P. continuem a pressionar o Governo e as Entidades que requisitam os serviços no sentido de que os mesmos nos sejam **pagos em prazos razoáveis**, isto é, no máximo a 60 dias.

Como habitualmente nos anos anteriores, continuaremos em 2013 a **colaborar** com a Câmara

Municipal de Gondomar e com as Juntas de Freguesia do Covelo, das Medas e, em especial, com a de Melres. Continuamos a contar com os imprescindíveis apoios financeiros da **Câmara Municipal de Gondomar** e da **Junta de Freguesia de Melres** a quem aqui manifestamos o nosso profundo agradecimento. Lamentamos que as outras duas Juntas de Freguesia da área de atuação do nosso Corpo de Bombeiros, Medas e Covelo, não procedam como a de Melres, apesar de a das **Medas** já nos ter atribuído em 2012 um pequeno subsídio, o que já não sucedia há muitos anos.

7. SÓCIOS E DIVULGAÇÃO

Temos de reforçar durante 2013 as ações de **Angariação de Sócios**. O número de sócios representa atualmente apenas cerca de 6% da população de Melres.

Iremos manter a **Divulgação** e o conhecimento à população, das **atividades** dos Bombeiros de Melres e dos **principais problemas** com que a Associação de Bombeiros Voluntários de Melres se debate.

Isto será feito, fundamentalmente, aproveitando a página detida na **Internet** (www.bvmelres.com), que se tentará que continue a ser o mais dinâmica e atualizada possível.

Publicou-se, no período da Páscoa de 2012 o 9º número da nossa **Revista**. Espera-se distribuir o **nº10** durante o mês de março de 2013, na expectativa de que conseguiremos os patrocínios necessários, como nos anos anteriores.

Aprovado na reunião da **Direção** de 20 de novembro de 2012.

O Presidente da Direção,

(Eng. Rui Alberto Nunes Teixeira)

Aprovado na **Assembleia-Geral** de 18 de dezembro de 2012.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Eng. Manuel Américo Magalhães Castro Silva)